

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 102**

Período: de 08/11/03 a 14/10/03

Franca – Brasil

- 1- Revelações de que o ex-presidente Ernesto Geisel sabia da tortura no Brasil repercutem no governo e na imprensa
- 2 - Livro de professor norte-americano conta história do Exército brasileiro entre 1889 e 1937
- 3 – Ministro de Lula defende integração das Forças Armadas no IV Foro Iberoamérica
- 4 - Argentina se declara favorável à integração das Forças Armadas defendida por ministro. Governo brasileiro nega intenção de integração e ministro se justifica
- 5 - Ministro da Defesa discutirá orçamento de 2004 para pasta com presidente Lula
- 6 - Governo irá acelerar estudo para fiscalizar fronteiras
- 7 - Coluna analisa “saldo” do regime militar no Brasil
- 8 - A operação Ajuricaba II e a situação de guerra na Amazônia

Revelações de que o ex-presidente Ernesto Geisel sabia da tortura no Brasil repercutem no governo e na imprensa

O ministro da Defesa, José Viegas Filho, comentou, a respeito do livro *A Ditadura Derrotada*, do jornalista Elio Gaspari, que o país “tem sorte” por ser na atualidade plenamente democrático e por não haver no Brasil conivência das autoridades com práticas de tortura. *A Ditadura Derrotada*, lançado recentemente, revela que o ex-presidente Ernesto Geisel tinha conhecimento do assassinato de opositores do regime militar durante seu governo. Viegas preferiu não tecer maiores considerações sobre o livro, alegando que ainda não o havia lido, mas disse que as práticas atuais das Forças Armadas estão em total acordo com a democracia. O jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou a matéria, noticiou ainda que sondou Humberto Esmeraldo Barreto, ex-dirigente da Petrobrás, da Caixa Econômica, da Norquisa Petroquímica e da Transbrasil e amigo de Geisel desde os 17 anos, sobre o conteúdo do livro. Barreto afirmou que a obra de Elio e o desempenho de Geisel não podem ser julgados isoladamente e que o mais relevante para o País foi a abertura democrática propiciada pelo presidente. Coluna do jornalista Fritz Utzeri publicada pelo *Jornal do Brasil* apontou a surpresa da imprensa diante das revelações de Gaspari. Utzeri afirma que grande parte dos torturadores foram expulsos das Forças Armadas depois de terem cometido crimes a mando de governantes militares. (Folha de S. Paulo – Brasil – 08/11/03; Folha de S. Paulo – Brasil - 09/11/03; Jornal do Brasil – Colunistas – 09/11/03)

Livro de professor norte-americano conta história do Exército brasileiro entre 1889 e 1937

De acordo com o jornal *O Globo*, o livro *Soldiers of the Patria*, do professor norte-americano Frank McCann, da Universidade de New Hampshire, deve ser lançado em breve nos Estados Unidos. A obra reconstitui a trajetória do Exército brasileiro e traz episódios da história nacional como o de Canudos, ambientado no nordeste

brasileiro, e a Revolta do Contestado, no noroeste de Santa Catarina, no começo do século XX. O autor afirma que a maior parte dos oficiais do século XX obtiveram experiências de combate dentro do próprio país e contra o próprio povo. (O Globo – País – 09/11/03)

Ministro de Lula defende integração das Forças Armadas no IV Foro Iberoamérica
Durante o IV Foro Iberoamérica, o chefe da Casa Civil brasileiro, José Dirceu, defendeu a integração das Forças Armadas da América do Sul. O encontro reúne civis, militares, intelectuais e empresários, dentre outros, da América Latina, Portugal e Espanha, para a troca de experiências, segundo o jornal *O Globo*. Segundo Dirceu, um dos fatores mais importantes para a integração seria a defesa da Amazônia. Além disso, a possível presença norte-americana na região por meio da cooperação com o governo colombiano no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) é encarada pelo ministro como um problema. Dirceu acredita que uma vez que os Estados Unidos instalados na região, não mais sairiam. Suas declarações causaram certa movimentação nos meios políticos do Brasil: a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, declarou que a integração não seria uma prioridade do País, uma vez que as Forças Armadas “vivem hoje de migalhas”, e por isso existem problemas mais importantes a serem resolvidos. A chamada “Lei do Abate” – lei que prevê a derrubada de aeronaves que invadam o espaço aéreo nacional - foi lembrada pelo senador Aluizio Mercadante (PT-SP) como outra medida importante para a proteção das fronteiras na região amazônica, afirmando a necessidade de sua aprovação pelo Congresso. Mercadante declarou também a importância da integração das Forças Armadas dos países da América do Sul, apoiada também pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). O ministro da Defesa, José Viegas, esclareceu que a integração que atualmente o governo brasileiro busca é a das indústrias bélicas, visando a modernização dos arsenais dos países sul-americanos propiciando aos mesmos maior capacidade de defesa, algo como um *pool* de compradores. Ainda, segundo ele, a posição do Brasil em relação à situação atual da Colômbia é de apoio, porém sem intervenção direta por meio do envio de homens, conforme publicado também pela *Folha de S. Paulo*. *O Globo* apontou uma certa “preocupação” que José Dirceu provocou no auditório ao defender uma melhor política para a defesa, citando Índia, China e Rússia - que têm a tecnologia da bomba atômica -, como exemplos de como o Brasil pode conquistar mais respeito no meio internacional por meio do poder militar. (O Globo – País – 10/11/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/11/03; O Globo – País – 11/11/03)

Argentina se declara favorável à integração das Forças Armadas defendida por ministro. Governo brasileiro nega intenção de integração e ministro se justifica

A Argentina se declarou favorável à integração das Forças Armadas na América do Sul. De acordo com o porta-voz do Ministério da Defesa argentino, Fabián Dabul, “o governo do presidente Néstor Kirchner concorda plenamente com as opiniões expressadas por Dirceu”. Os países do Mercosul, especialmente Brasil e Argentina, teriam conseguido, como expressado pelo jornal *O Globo*, “uma ótima

coesão” na Conferência de Segurança Hemisférica, realizada no México, em 28 de outubro, onde “insistiram na necessidade de incluir na declaração do encontro um parágrafo que deixasse claro que quem deve resolver o problema colombiano é o próprio governo da Colômbia”. O *Globo* afirmou também que o governo argentino teria o mesmo tipo de preocupação que o Brasil tem pela Amazônia em relação à Patagônia. Dessa forma, a integração militar deve ser gradual, sendo que se efetivaria depois de alcançadas a integração política e financeira, com parlamento e moedas comuns. Ou seja, de acordo com o jornal é proposto “um projeto geopolítico de poder regional para se contrapor aos demais blocos”. Ainda segundo o jornal a proposta de integração do ministro Dirceu deve ser vista num contexto regional amplo, no qual os países deveriam ter uma atuação conjunta para combater o narcotráfico e a pobreza, entre outros problemas, sem realizar qualquer contraposição militar aos Estados Unidos. Porém, em entrevista no Palácio do Planalto, neste dia 11, José Dirceu tentou esclarecer algumas de suas declarações. Dirceu afirmou que uma maior integração dos países do continente não tem qualquer relação com uma suposta defesa em favor do envio de tropas federais à Colômbia. Segundo ele, esses dois assuntos foram tratados separadamente e não estão presentes na agenda do governo, tratando-se de uma reflexão pessoal exposta em palestra acadêmica. Indagado se o debate para ampliação do poderio militar das Forças Armadas não geraria o temor de uma corrida armamentista, o ministro emitiu proposição negativa. Na mesma data, o ministro interino de Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, afirmaram que a política externa do atual governo não tem intenção nenhuma de “se contrapor” aos Estados Unidos. A afirmação foi uma iniciativa conjunta do Palácio do Planalto e do Itamaraty para contornar o mal-estar gerado pelas declarações do ministro Dirceu, em defesa de uma integração militar da América do Sul, para se evitar a ocupação da região pelos Estados Unidos. Tanto o chanceler interino quanto o assessor do presidente argumentaram que a cooperação do Brasil com seus vizinhos na área de segurança é antiga e será aperfeiçoada sem pressa. (O Globo – País – 11/11/03; Folha de São Paulo – Brasil – 12/11/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 12/11/03; O Globo – País – 12/11/03)

Ministro da Defesa discutirá orçamento de 2004 para a pasta com presidente Lula
O ministro da Defesa, José Viegas Filho, se declarou insatisfeito com a primeira proposta orçamentária para as Forças Armadas oferecida pelo governo. Da ordem de R\$ 4,1 bilhões, ela é inferior à do Orçamento 2003, aprovado ainda no governo anterior. Segundo o ministro, metade do dinheiro destinado às Forças é gasto em salários, sobrando pouco para investimento na manutenção e na compra de arsenal. Atualmente, metade dos equipamentos da Aeronáutica, Exército e Marinha estão indisponíveis. Novas propostas foram discutidas numa reunião com o presidente no dia 12. Deputados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara propõem, em apoio ao ministro, emendas que destinam mais R\$ 2,15 bilhão para a pasta da Defesa, assim distribuídos: R\$ 1 bilhão para a Marinha; R\$ 680 milhões para a Aeronáutica; R\$ 470 milhões para o Exército. (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/11/03; O Globo – País – 11/11/03)

Governo irá acelerar estudo para fiscalizar fronteiras

A pedido do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo irá acelerar os estudos sobre a integração de ações das Forças Armadas na fiscalização das fronteiras do País. Lula pediu a cooperação de sete ministros para agilizar o trabalho. O porta-voz da Presidência da República, André Singer, não forneceu detalhes sobre a maneira como será praticada a integração proposta. (Folha de São Paulo – Brasil – 13/11/03)

Coluna analisa “saldo” da ditadura militar no Brasil

Coluna do jornal *Folha de S. Paulo* de autoria do jornalista Otavio Frias Filho analisa o regime militar brasileiro (1964-1985) que completará, no próximo ano, seu quadragésimo aniversário. De acordo com Frias a data seria propícia para uma reavaliação do significado histórico do regime e seu julgamento político. Para ele, a ditadura foi “alvo de um esquema maniqueísta, inverso, mas semelhante ao maniqueísmo que ela própria incentivou”. Para Frias, a imagem que restou do regime foi a de um despotismo de generais que suprimiu as liberdades, governou contra o povo, matou e torturou a quem resistia. Frias analisa que isto seria parte da verdade, “porém não toda a verdade”, já que o regime militar se instalou, no Brasil e em outros países latino-americanos, num período em que a Guerra Fria se radicalizava no Terceiro Mundo exatamente devido a paridade militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, que havia congelado a geopolítica no hemisfério norte. Frias segue afirmando que, nos primeiros anos de ditadura no Brasil, a débil oposição veio principalmente de vertentes liberais cuja atuação ainda era admitida, pois os grupos de esquerda estavam desarticulados e sofriam feroz perseguição, e que foi a partir de 1968 que uma nova geração de opositoristas se organizou em facções clandestinas para mover luta armada contra o regime. Segundo Frias, essas facções não pretendiam restabelecer as liberdades: seu modelo confesso era o leninismo, que significou na época uma das duas grandes opções para quem se buscasse o engajamento político. Para ele, caso sua aventura militarista tivesse êxito, seria quase certo que teriam imposto uma ditadura de partido único no País. Ao final do texto Frias fala do julgamento moral que a ditadura está sofrendo na seqüência de livros do jornalista Elio Gaspari, esmiuçando dois dos principais problemas do regime: o emprego da tortura como meio de repressão e a indisciplina na base do próprio aparelho repressivo. (Folha de S. Paulo – Opinião – 13/11/03)

A operação Ajuricaba II e a situação de guerra na Amazônia.

O *Jornal do Brasil* apontou que “enquanto o chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu revela preocupação com a defesa nacional, a região da Amazônia vive uma situação de guerra”. Até o dia 22 de novembro, cerca de 3 mil homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ocuparão uma área de 2,6 milhões de quilômetros quadrados entre os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte do Pará. A operação, denominada Ajuricaba II, é coordenada pelo Comando Militar da Amazônia (CMA) e tem o objetivo de preparar homens em comando e tropas no planejamento e na execução de operações de defesa do País. As manobras apresentam situações em que os militares podem treinar o combate de

tropas convencionais e forças irregulares do tipo guerrilha. Os homens terão ainda a atualização de planejamentos operacionais já existentes para o uso de forças militares na Amazônia, incluindo o deslocamento estratégico a partir de outras regiões do país. Participam do exercício: comandantes e tropas que incluem o CMA, o Comando Militar do Oeste, Forças de Ação Rápida do Exército (Brigada de Infantaria Pára-Quedista e 1º Batalhão de Operações Especiais do Estado do Rio de Janeiro), 3ª e 10ª Brigadas de Infantaria Motorizada dos Estados de Goiás e Pernambuco respectivamente, 4º Esquadrão de Aviação do Exército do Estado do Amazonas, além de elementos da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira (FAB). Estão envolvidos no exercício 35 aeronaves, 200 viaturas e 170 embarcações. Segundo o jornal, a operação permitirá a avaliação de procedimentos operacionais de guerra irregular em áreas urbanas e rurais (resistência contra o invasor), controle de espaço aéreo, comando e controle, inteligência, assuntos civis, apoio logístico e comunicações, entre outros. Paralelamente à operação, estão sendo reforçadas as ações de vigilância e controle de fronteira e da calha dos principais rios da região. Durante a manobra, o Exército vai testar novas formas de comunicação para impedir a captação de informações por inimigos. O CMA ressalta a importância da criatividade na busca de soluções para os problemas e o intenso uso de recursos locais e de mensagens preestabelecidas. Para isso, são usados dois sistemas: a entrega de mensagens por meio de pombos-correios - permitindo que as os textos escritos sejam enviados até a distância de mil quilômetros, no prazo de 10 horas - e o uso de militares brasileiros com domínio de idiomas indígenas como rádio-operadores. Esses militares estão aptos a operar redes de rádio em línguas nativas. Pelo menos 10 índios foram instruídos para participar da manobra. Nos exercícios da última terça-feira (11), os integrantes da operação promoveram uma campanha psicológica com a distribuição de chamadas (*spots*) em estações de rádio, filmetes de televisão, cartazes, panfletos e *outdoors*, visando impedir o avanço de tropas inimigas. De acordo com o CMA, pretende-se alcançar a economia de meios e a conquista mais rápida dos objetivos militares. (Jornal do Brasil – Brasil – 14/11/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.